

O lugar das línguas : A América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia

Gilvan Müller de Oliveira
Université Fédérale de Santa Catarina
Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística



Synergies Brésil n° spécial 1 - 2010 pp. 21-30

Résumé : *L'objectif de notre débat, comme indique le titre, est d'examiner le poids des langues dans la configuration politique et sociale actuelles en Amérique latine. Une théorie sur le poids des langues instrumentalise l'analyse et la formulation des politiques linguistiques ayant comme base la situation d'une langue en comparaison à d'autres langues au sein d'un marché linguistique.*

Mots-clés : *poids des langues, politiques linguistique, marché des langues*

Resumo: *O objetivo do nosso debate, como o nome diz, é pensar no peso das línguas nesta atual configuração política e societária da América Latina. Uma teoria sobre o peso das línguas é um instrumento para analisar e formular políticas linguísticas tendo por base a situação de uma língua dentro de um mercado linguístico, em comparação com outras línguas que se posicionam dentro de um mesmo mercado.*

Palavras-chave: *peso das línguas, políticas linguísticas, mercado das línguas*

Abstract: *The purpose of our debate, as the title shows it, is to examine the weight of the languages in the contemporary political and social configuration in Latin America. A theory of the weight of languages is a tool to analyse and formulate linguistic policies that are based on the situation of a language in comparison to other languages within a linguistic market.*

Keywords: *languages weight, linguistic policies, language market*

A Nova Economia, a comunicação e a informação

O objetivo do nosso debate, como o nome diz, é pensar no peso das línguas nesta atual configuração política e societária da América Latina. Uma teoria sobre o peso das línguas é um instrumento para analisar e formular políticas linguísticas tendo por base a situação de uma língua dentro de um mercado linguístico, em comparação com outras línguas que se posicionam dentro de um mesmo mercado.

Como principal sintoma do que gostaria de descrever chama a nossa atenção a velocidade dos processos e a 'nova centralidade' que ganha, no mundo todo, a questão das línguas. Há uma nova pressa e vários países agem com rapidez. Países

que nunca trataram da questão das línguas apressam-se em elaborar programas. Países que tradicionalmente são 'clientes' de políticas linguísticas vindas de fora apressam-se em formular seus próprios delineamentos. Oficializam-se novas línguas, reformam-se os sistemas de ensino de línguas estrangeiras, novas línguas lutam para entrar nos currículos, novos e grandes bancos de dados de línguas são montados e financiados. De repente a questão de formação de professores de línguas é capaz de mobilizar de modo novo, e se coloca no centro de disputas de hegemonia. Certificados de proficiência novos são criados, apoiados em novas estruturas de financiamento e divulgação. Acordos ortográficos se tornam realidade depois de tantos anos de espera e indecisão. Não é por acaso que a UNESCO declarou, em 2008, que 'As línguas importam!' através do Ano Internacional das Línguas, que chamou a atenção para vários fenômenos do nosso tempo, como por exemplo a perda ou extinção de línguas.

Todos estes são sintomas de que as línguas passaram a ocupar um novo lugar na sociedade. Tornou-se obsoleto de repente uma das mais tradicionais bandeiras do Estado-Nação : um país, um povo, uma língua. Uma língua não basta mais. Não se postula mais, como política de Estado, que a população de um país permaneça ou se torne monolíngue.

Que novo lugar é esse que as línguas ocupam? Por que de repente tanta centralidade?

Uma das formulações mais interessantes sobre o assunto é a que relaciona esta nova centralidade das línguas às mudanças que o capitalismo sofreu desde os anos 1970 e mais aceleradamente a partir dos anos 1990, em direção ao que tem sido chamado de 'Sociedade da Informação' ou 'Sociedade do Conhecimento', mas que alternativamente é chamado também de 'Nova Economia'.

Este último nome nos leva ao cerne da questão.

A principal diferença entre a economia fordista, em vigor até metade dos anos 1970, e a chamada 'nova economia', que já se estruturava a partir dos anos 1980, diz respeito à forma de organização do trabalho, não só na fábrica - evidentemente a grande metáfora do trabalho das sociedades avançadas - mas por toda a sociedade, envolvendo desde as escolas e hospitais até os próprios órgãos públicos.

A modo de produção do fordismo estava baseado em trabalho parcializado e em grandes unidades de produção, que visavam obter os chamados *ganhos de escala* : quanto maiores as fábricas e mais unidades de um mesmo produto eram produzidas, menor o custo e maiores os ganhos de produtividade. Para isso necessitava-se de empregados fixos, acostumados com os mesmos movimentos durante todo o dia, e que trabalhavam em silêncio numa estrutura rotineira. Esta rotina era necessária para acelerar os movimentos e conseqüentemente a produção.

Se olharmos com atenção veremos que o modelo da fábrica fordista se estendeu, como sói acontecer, a outras unidades de produção da sociedade. O livro fundante de uma doutrina do currículo, de Bobbit (1918) estendia à escola as concepções de trabalho da fábrica, parcializando tarefas, medindo tempos de aprendizagem, criando padrões. Muito do funcionamento da escola, concentrada em desenvolver padrões e medições comuns de aprendizagem em tempos comuns, vem da

tradição fordista em educação. As grandes unidades prisionais, como o Carandiru, recentemente implodido, espelham concepções de semelhantes na gestão da punição na sociedade, formas que se tornaram obsoletas na atualidade.

A nova economia, que surge no Japão e se estende finalmente a todo o mundo da produção capitalista, nasce de uma crise na relação entre produção e distribuição. Em dado momento, esgota-se a possibilidade de crescimento ilimitado do consumo de bens padronizados, seja porque a massa salarial dos consumidores é limitada, seja porque, nos momentos de contra-ciclo do crescimento capitalista - crises - grandes estoques de mercadorias que não podem mais ser vendidos se deterioram. O contrário deste tipo de produção é o que organiza a nova economia do *just-in-time* que, como explica Marazzi (2009: 14)

“(...) organiza o trabalho interno do modo mais flexível possível. Esse é seguramente o aspecto mais aparente que diferencia o modo de produção emergente daquele da época passada, posterior à Segunda Guerra Mundial, chamado ‘fordista’ (...). Se antes (...) tempos e métodos de produção eram ferramentas programadas, na época pós-fordista em que vivemos tudo é muito menos programável, com frequência cada vez maior é preciso confiar nas situações oferecidas pelo mercado; oportunidades que não se deve deixar escapar porque, num período de forte concorrência e saturação dos mercados, cada variação mínima da demanda pode ser fatal ou significar a salvação para a empresa, para a continuidade da sua produção.”

Este novo modo de produção é o reino das unidades produtivas menores, do *out-sourcing* ou terceirização, do trabalho precário e do empregado multifuncional, que tem que se adaptar a mudanças rápidas na maneira de trabalhar, como bem sabemos. Foi este modo de produção que precarizou as relações trabalhistas, inviabilizando atuações bem-sucedidas das organizações sindicais como as que eram possíveis no fordismo, e retirando a força das negociações setoriais no mundo do trabalho.

Mas o que o modo de produção *just-in-time*, ou modo de produção enxuto - *lean production* - tem a ver com as línguas e seu lugar nas nossas sociedades?

Segundo vários autores, uma das características mais evidentes da “produção enxuta” - *just-in-time* - em contraposição ao modo de produção fordista, é o fato de a comunicação ocupar o centro do processo produtivo, mantendo relações complexas com a inovação tecnológico-produtiva.”

“Poder-se-ia dizer que, com a produção enxuta, a comunicação e o fluxo de informações entram diretamente no processo produtivo. Comunicação e produção se sobrepõem no novo modo de produzir, enquanto que no fordismo a comunicação era justaposta com relação ao processo produtivo. (...) Isso ocorre porque os ganhos de produtividade já não se efetuam com ‘economias de escala’ que podem ser obtidas com o aumento da quantidade dos bens produzidos (reduzindo deste modo o preço unitário dos próprios bens). Eles serão obtidos com a produção de pequenas quantidades de numerosos modelos do produto (...).” (Marazzi, 2009: 15) (Grifo meu)

A comunicação, assim, lubrifica todo o processo produtivo, de uma ponta a outra, da produção à distribuição-venda das mercadorias no processo de ida e vinda da mercadoria. É a comunicação que permite a bidirecionalidade

da relação entre produção e consumo, entre oferta e demanda; e é ainda a comunicação de informações que exige que se reestruture o processo produtivo do modo mais flexível possível, rompendo com qualquer rigidez ligada aos tipos e hábitos de trabalho dos funcionários.

“No modo de produção fordista, o programa - o planejamento diário, mensal ou anual era determinado em escritórios de programação segregados dos locais de execução e o fluxo informativo era ‘empurrado’ das primeiras às últimas fases da produção. Em vez disso, no novo sistema, o programa é delineado na fase final, justamente a partir das exigências constatadas no mercado, e, dessa fase para trás, as comunicações sobre as quantidades de peças específicas a serem produzidas ‘puxam’ o fluxo de trabalho”. (Marazzi, 2009: 16)

Os novos currículos escolares, os chamados currículos pós-feitos, baseados no ensino via pesquisa ou no aprendizado por problemas, estruturam as novas escolas que nascem desta inversão da perspectiva de planejamento da produção just-in-time, superando assim as concepções fordistas do parcelamento do conhecimento e da sua ‘entrega’ a um aluno silencioso, orientados à pouca interatividade entre si.

Comunicação e produção encontram-se, no novo sistema, ao contrário, totalmente integradas. Enquanto no sistema fordista, a produção excluía a comunicação, no sentido em que a cadeia de produção era muda, pois executava mecanicamente instruções elaboradas fora, normalmente nos escritórios dos engenheiros, no sistema de produção pós-fordista encontramos uma cadeia de produção ‘falante’, comunicante, e as tecnologias usadas neste sistema podem ser consideradas apropriadamente verdadeiras “máquinas linguísticas” (Marazzi, 2009: 18), e que tem por escopo principal a agilização da circulação de informações.

“No sistema fordista, a comunicação, quando entrava diretamente na produção, desempenhava um papel perturbador, desestabilizante, de bloqueio da produção. Ou trabalhava-se silenciosamente ou, quando havia comunicação, a atividade produtiva era suspensa. No sistema pós-fordista, ao contrário, a inclusão da comunicação tem um valor diretamente produtivo. A força de trabalho agora, deve saber ‘trabalhar comunicando.” (Marazzi, 2009: 19)

Esta mudança quantitativa e, portanto, qualitativa (como dizia Marx, ‘Quantität schlägt in Qualität um’ ou quantidade se transforma em qualidade) do lugar da comunicação na esfera da produção é seguramente o fator mais importante de valorização das línguas, e que traz para o centro da arena a questão da sua gestão neste início do século XXI.

A língua como meio de produção

Podemos chamar a nova economia, então, de ‘modo de produção por meio da comunicação’, em que a comunicação é insumo central de produção. Se isso procede, temos então repercussões diretas sobre o lugar das línguas e mais, sobre as próprias línguas: o novo modelo comunicativo condiciona o status e o corpus das línguas. Neste modo de produção os softwares são mais importantes que os hardwares, e os softwares não podem ser feitos exceto em línguas particulares.

1. Por um lado, as línguas propriamente ditas precisam se adequar aos modelos de comunicação em curso, o que implica o desenvolvimento de padrões para rápida compreensão, circunscrição da variação léxica, determinação de padrões terminológicos adequados a diferentes contextos, ou seja, pressões por certos tipos de estandarização. Poderíamos postular, por exemplo, que o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi viável politicamente neste momento pela disfuncionalidade de uma língua de mercado como o português ter duas diferentes ortografias, como dois centros de gestão de língua separados, divergentes e pouco cooperativos (Oliveira e Dornelles, 2008).

2. Cada língua que entra no sistema se encontra em grau de estandarização diferente, de modo que as pressões ocorrerão sobre aspectos diferentes em cada língua, de acordo com sua inserção específica e diferenciada no mercado. Pela diversificação dos produtos e pela criação de mercados setorializados, há uma pressão para o ingresso de mais línguas no sistema. A criação de novas normas linguísticas, que atendem a funções diferenciadas, é um fenômeno desta ordem.

3. As próprias línguas viram o modo de organização da informação e, portanto, da comunicação entre pessoas e sistemas informatizados: os softwares são uma tecnologia dependente das línguas, o buscador de informações usa línguas para buscar informação disposta linguisticamente, porque ao contrário da organização que utiliza códigos, como as antigas chaves de biblioteconomia, a nova informação é acessível diretamente através da sua configuração linguística.

O reposicionamento dos centros de gestão de línguas e a reciprocidade

Estes permanentes rearranjos dos mercados linguísticos, dados pela mudança rápida de contextos para o ingresso e a permanência das línguas nos circuitos de produção, seja em espaços sub-nacionais, seja no âmbito dos países, seja nos novos blocos econômicos e políticos, nos permitem entender melhor as políticas linguísticas em curso e direcionam nosso olhar para o que poderíamos chamar de *reposicionamento* dos centros de gestão de língua.

Este reposicionamento dos agentes político-linguísticos decorre da necessidade de estarem atentos para perceber os contextos altamente mutantes e as oportunidades altamente fugidias para a manutenção ou ampliação dos âmbitos de uso das línguas.

O contexto de como se dá o lucro na nova economia e como se processam os ganhos de produtividade parece mostrar que não só o novo capitalismo autoriza o funcionamento da produção em muito mais línguas, porquanto quer conquistar os mercados de consumo nestas línguas como até exige esta produção em um número crescente de línguas, dentro do lema: “para toda a produção um consumo, para todo o consumo uma produção”.

Ainda que os mercados nestas línguas sejam relativamente menores, trazem a possibilidade de colocação de produtos para os quais os grandes mercados estão saturados. Não se pode aumentar indefinidamente a produção de bens culturais em língua inglesa: o que levou ao seu limite superior e, portanto, ao esgotamento a produção de bens materiais no tempo do fordismo acabará

levando ao esgotamento da produção de bens imateriais em uma única língua, isto é, dentro de um único mercado. Mas há muitos mercados outros mercados a serem conquistados, e que se estruturam em outras línguas.

Quando Cuba obteve sucesso na exportação de seu método de alfabetização 'Yo si puedo', não obteve este sucesso somente porque havia mercado dentro do país, mas sobretudo porque há um grande mercado em espanhol, dentro do qual a necessidade deste tipo de produto ainda é alta. Obteve mais sucesso, entretanto, porque foi capaz de produzir este método e de capacitar alfabetizadores para atuarem em português no Brasil, Guiné-Bissau e Timor-Leste, em inglês na Jamaica e Guiana, e em quechua e aymara na Bolívia, oferecendo seu produto de maneira plurilíngue.

Esta 'virada linguística' do novo capitalismo parece ser possível porque as novas tecnologias são multicanal. A internet, mas também a televisão digital, com sua quase infinita possibilidade de transmissão, por exemplo, permite e até impõe uma autoria altamente variada e um consumo altamente segmentado.

O consumo segmentado é uma característica muito forte da nova economia. A morte das salas de cinema, por exemplo, decorreu sobretudo da possibilidade de escolher entre mais filmes, ou de não ser obrigado a assistir o mesmo filme que os outros no mesmo dia e no mesmo horário.

Esta segmentação cria novas comunidades de consumidores, instituindo comunidades de sentido, que não tem porque se comunicarem na mesma língua que os outros ou que a maioria. Exemplo disso é a crise em que se acham, por exemplo, segundo relatos da Deutsche Welle, os grandes jornais alemães, cada vez menos capazes de aguentar a produção de notícias na internet, a segmentação do mercado de notícias, com o ganho de atenção dos blogs especializados, que mais facilmente localizam sua clientela e passam a atuar para ela e que, atuando em diversos tipos de redes, formais e informais, tem crescentemente se tornado uma alternativa de informação, funcionando muitas vezes sem quadros permanentes de repórteres e editores.

Por conseguinte, a visão de um mundo dominado por uma única língua parece cada vez menos realista. A ideia da convergência de todo o globo para uma língua única, no sonho expresso, por exemplo, por Stalin em Marxismo e Linguística, mas também por tantos advogados de colonialismos ocidentais particulares, numa espécie de 'Anti-Babel', iria contra as tendências estruturais do próprio capitalismo *just-in-time* e contra o que temos assistido em termos de reposicionamento das línguas nos mercados. Não condiz, além disso, com a tendência para a visibilidade da vida com mais línguas e até entre-línguas, que se tornam de novo opção ideológica e experiencial, como nos relata Walter Mignolo na sua obra, inserida no contexto de discussão do neo-colonialismo e da subalternidade dos saberes das línguas minorizadas.

A ameaça de um mundo dominado por uma única língua era mais provável quando tínhamos, no mundo das comunicações, canais únicos, ou poucos canais a serem disputados pelas diversas línguas, isto é, no tempo em que o lucro advinha da venda massiva de produtos culturais unificados.

Estes novos mercados nas diversas línguas estão sendo mapeados e arregimentados neste momento, e por isso ainda não é possível ter uma visão clara de como a situação ficará dentro de 20 anos, dadas as mudanças tão rápidas da base tecnológica e as consequências do crescimento exponencial das redes de comunicação. Muitos dos esforços que estão sendo realizados hoje trarão suas consequências somente dentro de uma ou duas décadas, quando ficarão mais claras as dinâmicas de funcionamento destes novos mercados linguísticos.

É o mapeamento destes novos mercados linguísticos, ainda em constituição, e o reposicionamento dos centros de gestão de línguas dos diversos países com capacidade estratégica e tática para colocá-los dentro da sua tutela, que tem tornado a disputa pelas línguas, de repente, tão acirrada.

Assim como na produção da mercadoria no capitalismo *just-in-time*, interessa na produção cultural estar presente nos diversos mercados, mesmo que o lucro obtido em cada um deles seja pequeno, porque as rápidas mudanças na perspectiva deste consumo podem fazer a diferença entre a sobrevivência da produção e a falência, como dito antes. Se tomarmos, por exemplo, o que aconteceu com súbita entrada do português no mercado de línguas da Argentina, veremos que esta mudança causou, em larga medida, a desestruturação ou pelo menos a reestruturação do mercado para outras línguas tradicionais do ensino, como o italiano, sendo notável o início do processo pelo qual professores de italiano ou de francês começaram a se “reciclar” para se tornarem professores de português. O posicionamento do português na Argentina e sua entrada no fluxo da produção econômica da América do Sul levou a um novo posicionamento da língua do Brasil no Uruguai, Paraguai, Venezuela e até Colômbia.

Essa nova posição só foi possível com negociações a nível de Estado, e estas negociações só foram bem-sucedidas porque foram precedidas de mais de uma década de aproximação econômica, em que o espanhol e o português entraram paulatinamente no circuito produtivo dos dois países líderes do Mercosul, Argentina e Brasil, tornando-se alternativa validada como língua estrangeira.

Este reposicionamento para ocupação de mercados que acelera as ações sobre as línguas tem apontado que os centros gestores de língua passam a arregimentar, sob sua tutela o maior número possível de línguas. Esta nova posição mostra uma evolução no sentido de que o Estado passa a atuar com várias línguas que pode colocar sob sua tutela, e não mais com uma única língua chamada de oficial ou nacional, gerindo-as de maneira diferenciada.

Quando por exemplo o Instituto Max Planck, com recursos do Programa Dobes da Fundação Volkswagen, inicia a constituição de um grande banco de dados de línguas minoritárias, sobretudo ameaçadas de extinção, coloca a Europa na disputa com o Etnologue, o banco de dados linguísticos do Summer Institut of Linguistics americano. Com iniciativas assim, a Europa se qualifica para estar em mercados em que estas línguas importam. Talvez não se tenha ainda muito claro como estes dados servirão, no futuro, mas já se intui o valor que bancos deste tipo podem vir a ter.

Igualmente agiu o governo brasileiro também, nesta área, através da criação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística, administrado pelo IPHAN, do Ministério da Cultura, e que pela primeira vez reconheceu todas as línguas

brasileiras, isto é, faladas por comunidades de brasileiros em território brasileiro, como patrimônio cultural da nação. Pelo INDL o Estado brasileiro qualifica-se a ser também gestor das 215 línguas faladas em território brasileiro, muitas delas faladas também em outros países e geridas por seus respectivos Estados. Dois ministérios, Justiça e Cultura, financiam atualmente nove projetos-piloto que fixarão as bases metodológicas e de gestão do banco de dados do Inventário. O Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), de Florianópolis, desenvolve neste momento projeto para mapear a maior língua indígena do conjunto, a língua guarani-mbyá, falada em seis estados do Brasil, e a Universidade de Caxias do Sul desenvolve projeto com a maior língua de imigração, o talian ou vêneto brasileiro, falado principalmente nos estados do sul.

Outro exemplo notório de ação sobre outras línguas não tradicionalmente a língua do Estado realizaram os norte-americanos quando criaram uma nova norma para o espanhol, o espanhol da CNN, estudando detidamente graus de rechaço que as variedades nacionais do espanhol poderiam ter no mercado ampliado da hispanofonia (por exemplo, rechaço da variedade argentina pelos mexicanos), e passando a gerir uma norma 'depurada' de suas características nacionais. Passam a ser cogestores do espanhol, e não mais meros consumidores de normas dominadas, por exemplo, pelos espanhóis, reposicionando-se para obter vantagens no amplo mercado da língua espanhola na América Latina e dentro do próprio país, onde vivem mais de 35 milhões de falantes de espanhol.

Voltando à América Latina: o Estado brasileiro, através de entes municipais, tem ouvido e interagido com segmentos de sua população falante de outras línguas que não o português, algumas até o momento sem nenhum reconhecimento oficial, como as línguas de imigração. A oficialização do pomerano, ocorrida em junho no município de Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo, permite a criação de órgão de gestão novo, o Conselho Municipal de Política Linguística, que organiza neste momento o Censo Linguístico do Município, financiado com verbas locais, de modo que se pode dizer que o Estado brasileiro passa a ser também gestor da língua pomerana, falada no Brasil por cerca de 120 mil pessoas, a maior comunidade falante do pomerano no mundo, originalmente uma língua falada nas margens do Mar Báltico que perdeu sua base geográfica após a Segunda Guerra Mundial.

Mas de novo parece que o que acontece com as línguas não é alheio ao que ocorre com o sistema de produção e com seus correlatos políticos em termos da organização dos países: estar em novos contextos de gestão, reposicionar-se para obter controle sobre novos mercados, parece envolver-se em ações de *reciprocidade*: para que sua língua possa estar aqui é preciso que a minha língua possa estar aí.

É o que as parcerias do Brasil na América Latina estão mostrando: um dos maiores ganhos em termos de reposicionamento para o português - o fato de que ele se torna língua de oferta obrigatória em toda escola secundária argentina pela lei n. 26.468 de 17 de dezembro de 2008, promulgada pelo senado daquele país, só foi possível porque o Brasil promulgou a lei n.16.161 de 5 de agosto de 2005, que torna o espanhol língua de oferta obrigatória no país a partir de 2010.

Lembro que é maior o impacto desta medida porque segundo a nova Lei Nacional de Educação da Argentina, de 2007, a obrigatoriedade escolar é estendida do ensino

fundamental para toda a educação básica, incluindo o ensino médio. Isto quer dizer que toda a população argentina terá a possibilidade de optar pelo português na escola, diferentemente do Brasil, onde somente o ensino fundamental é obrigatório, e ainda é baixa a frequência da população ao ensino médio.

O Brasil, pela lei de agosto de 2005, configurou-se como um mercado interessante para o espanhol; a crescente comunicação em português e espanhol na produção dentro do Mercosul deu visibilidade à necessidade da outra língua, e estes fatores levaram a um completo reposicionamento da Argentina em direção à gestão do espanhol no mundo, colocando-se como agente de política linguística externa, disputando mercados com a Espanha, através da criação, por exemplo, de um consórcio de universidades públicas para gerir o CELU - Certificado de Español Lengua y Uso, instrumento que alavanca centros de formação, laboratórios de produção de materiais e inclusive uma política de turismo idiomático, voltada a atrair interessados no aprendizado do idioma *in loco*.

O certificado internacional CELU, no entanto, é de novo uma parceria: trata-se do uso da tecnologia do Celpe-Bras, o Certificado de Língua Portuguesa do Brasil, desenvolvido por diversas universidades brasileiras no Ministério da Educação nos anos 1990, e que foi 'transferida' para a Argentina na perspectiva de termos uma política de certificação de línguas do Mercosul, conjunta, com a mesma concepção de acreditação.

Este trabalho conjunto de novo causa um reposicionamento dos países do bloco: o crescimento da questão linguística no Brasil e na Argentina, levou o Uruguai, por exemplo, a abrir sua primeira licenciatura em língua portuguesa, que começou a funcionar neste ano de 2009, em duas turmas, uma em Montevideu e outra em Rivera, sobre a fronteira brasileira, e que conta no momento com 120 alunos, futuros professores de português nas escolas uruguaias. Para um país como o Uruguai, que se constituiu na perspectiva de 'conter' o português além fronteiras, e que por muito tempo desconheceu que o norte do país é efetivamente uma região bilíngue espanhol-português, esta mudança de ótica, com a criação da licenciatura, é um movimento historicamente de grande envergadura.

É assim que se obtiveram importantes parcerias linguísticas, com base na reciprocidade: o Brasil tornou o espanhol uma língua estrangeira das mais importantes do país mediante uma lei que, no entanto, foi negociada com outro importante país, que recebeu o português como importante língua estrangeira, a Argentina. Eles não estariam aqui se nós não estivéssemos lá e vice-versa.

Em recente consulta do ministério da educação surgiu uma visão semelhante à descrita acima: em havendo interesse por parcerias para a melhoria do ensino do inglês pode valer o mesmo princípio: ou podemos ser consumidores de políticas linguísticas de países centrais promotores do inglês, comprando os materiais das suas firmas, mandando para lá nossos quadros docentes, na concepção de sermos *clientes de políticas linguísticas* ou podemos fazer parcerias de reciprocidade.

Parcerias de reciprocidade deste tipo poderiam ser feitas, por exemplo, através da IBAS, organização internacional que reúne a Índia, o Brasil e a África do Sul, negociando a presença deles aqui, mas com uma visão de que o português - e o Brasil - também estarão lá. Afinal, Índia e África do Sul são países com

capacidade de atuação na formação de professores de inglês e em outras áreas da gestão e que tem uma ligação histórica com o português. No caso da África do Sul, principal promotor da SADC, a Southern Africa Development Community (Comunidade para o Desenvolvimento da África Meridional) o interesse pelo português advém do fato de que, sendo língua de Angola e Moçambique, é língua oficial do bloco econômico que liderado por Pretória; no caso da Índia, para além da experiência com o colonialismo português em Goa até 1961, o interesse reside na aproximação com o Brasil através da IBAS e mais fortemente através de um bloco que tem sido conhecido como BRIC, e que reúne Brasil, Rússia, Índia e China como novas potências emergentes no cenário mundial.

O mesmo vale para o francês. Imaginar um lugar privilegiado para o francês no Brasil hoje é sem dúvida imaginar modos de reciprocidade para com todos os países francófonos. Mas a viabilidade de um projeto de parceira deste tipo precisa ainda ser demonstrada e seu formato, encontrado.

Nesta estrutura que descrevo, de mercados múltiplos, de movimentos táticos e estratégicos, que vão se constituindo e sendo disputados, *o peso das línguas* talvez não deva ou não possa ser determinado, propriamente, em um grande mercado unificado, mas antes nos movimentos de reposicionamento em novos mercados que surgem e se reconfiguram e que podem trazer muitas surpresas.

“A posição de cada país e de cada língua dependerá de sua capacidade de capitalizar o trabalho vivo imaterial, o saber e o conhecimento, e também da possibilidade de reverter os custos do saber e do conhecimento acerca dos preços relativos, verdadeiros veículos da chamada ‘troca desigual’ entre os novos centros e as novas periferias, entre as novas regiões Norte e Sul.” (Marazzi, 2009: 65)

E este é um trabalho permanente, que aponta para a necessidade cada vez maior de qualificar o Estado para esta missão tão delicada, de ouvir os movimentos que tem sido feito pelas sociedades, e de ser capaz de propor modelos inovadores para a presença das línguas sob sua gestão nos diferentes mercados.

Estas oportunidades se criam com negociações políticas e com reciprocidade, como podemos mostrar à luz de vários exemplos na América do Sul, e não com o abandono da política, pela crença em uma suposta ‘mão invisível’ do mercado.

Bibliografia

Calvet, L.-J. 2002. *Le marché aux langues. Les effets linguistiques de la mondialisation*. Paris, Plon.

Bobbitt, J. F. 2004. *O Currículo*. Porto: Didáctica Editora.

Marazzi, C. 2009. *O lugar das meias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Mignolo, W. 2003. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG.